

AVANÇO DOS MOVIMENTOS ANTIGÊNERO E ATRAVESSAMENTOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Eixo Temático: Educação em Sexualidade e Desenvolvimento Humano: Pesquisas,
Teorias e Práticas

Daiane Cecília Cagnin ¹
Raquel Baptista Spaziani ²

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar uma discussão sobre o avanço dos movimentos conservadores, mais especificamente os denominados “antigênero”, e seus possíveis efeitos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um estudo qualitativo e bibliográfico com os seguintes eixos temáticos: a) Questões de gênero no Ensino Fundamental I, b) Movimentos antigênero e ofensivas contra a educação em sexualidade na escola. Espera-se com este trabalho contribuir com a produção de conhecimento crítico à chamada “ideologia de gênero”, bem como oferecer subsídios para a construção de relações igualitárias de gênero na escola.

Palavras-chave: Questões de Gênero. Movimentos antigênero. Educação Antissexista.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço social, no qual, para além do ensino de conteúdos formais, são necessárias ações que visem propiciar uma educação voltada ao respeito, à igualdade, à tolerância e à equidade. Entretanto, conforme Guacira Lopes Louro (2014, p.62), “a escola delimita espaços, ela afirma o que cada um pode(ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas”. Enquanto microesfera da sociedade, a escola reproduz diferenças e fabrica desigualdades.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções, e ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

² Doutora em Educação Escolar e professora do Departamento Saúde, Clínica e Instituições da Unifesp-BS, Santos-SP, raquel.spaziani@unifesp.br

questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. [...] (LOURO, 2014, p. 68).

Isso posto, embora a escola reproduza e fabrique desigualdades, também tem um potencial transformador. Para tanto, é necessário que as/os profissionais que a compõe questionem e problematizem padrões, teorias, comportamentos, práticas e afins.

Entretanto, embora discutir as questões de gênero na escola seja imprescindível, movimentos conservadores e antigênero têm avançado com o intuito de impedir que a temática seja abordada no espaço escolar, alegando a falaciosa “ideologia de gênero”.

Este trabalho tem como objetivo examinar o que a literatura apresenta sobre a temática. Assim, em um primeiro momento, busca evidenciar as questões de gênero no Ensino Fundamental I. Posteriormente, discorrer sucintamente sobre o surgimento da ofensiva ao conceito gênero, a falaciosa “ideologia de gênero” e o combate às discussões de gênero na escola através de denúncias e até ameaças a docentes que tomou força como avanço de movimentos conservadores e antigênero.

QUESTÕES DE GÊNERO NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Joan Scott (1995, p. 86), conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Portanto, ao se tratar de relações de gênero, está se falando em relações de poder. Dessa forma, entende-se que é indispensável problematizá-las e questioná-las, a fim de educar meninas e meninos propiciando as mesmas oportunidades.

Daniela Auad (2021 p. 19), aponta que as relações de gênero, “do modo como estão organizadas na sociedade, são uma máquina de produzir desigualdades. As visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam travas para a superação dessa situação”. No âmbito escolar, parece ser natural esperar comportamentos e atitudes dos meninos e das meninas quanto à disciplina, à organização e afins. No que concerne à disposição dos alunos em sala de aula, comumente, a fim de um bom andamento da sala, as características atribuídas quanto ao gênero têm grande influência. Ademais, parece ser naturalizado o fato de as meninas apresentarem melhores desempenhos em algumas disciplinas e os meninos em outras.

No que tange ao ensino da Matemática, Santos e Cardoso (2012) apontam que, no currículo de matemática o qual foi observado, os meninos são produzidos para terem mais facilidade na aprendizagem em detrimento das meninas. Ainda, observando a elaboração de

situações-problemas propostas pela professora, pôde ser observado a atribuição de papéis de gênero. Na maioria das vezes, as situações eram compostas por relação com o gênero masculino. Quando contemplava as meninas, eram arraigadas de coisas “de menina”, como bonecas, cozinha e afins. Percebe-se, portanto, uma generificação.

É essencial que a/o docente tenha conhecimento acerca das questões de gênero para que possa identificar padrões que, de forma consciente ou inconsciente, acaba reproduzindo. Torna-se vital, questionar e refletir sobre a prática pedagógica, atentando-se para a reprodução de falas sexistas, escolha de materiais, livros, filmes e afins que trabalhem com a equidade, que não promovam atitudes que em muitas vezes privilegiam meninos em detrimento das meninas e concepções que acabam norteando o fazer pedagógico, tornando-o reprodutor das desigualdades. Conforme Maia, Navarro e Maia (2011, p. 28) “os valores e concepções dos docentes acerca das questões de gênero são refletidos em sua práxis educativa”.

Não obstante, não se pode culpar somente os/as docentes, pois, além de nos cursos de formação inicial e continuada as questões de gênero e sexualidade não serem preconizadas, há um intenso processo de tentativa de silenciamento no que tange à temática. Embora a Constituição Federal Brasileira (1988), artigo 206, incisos II e III seja imperativa em garantir a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas enquanto princípios nos quais o ensino deverá ser fundamentado, há movimentos conservadores e fundamentalistas religiosos que visam barrar as discussões de gênero e sexualidade na escola, justificando-se pela fantasiosa “ideologia de gênero”.

MOVIMENTOS ANTIGÊNERO E OFENSIVAS CONTRA A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NA ESCOLA

Miguel (2016) discorre que a Igreja Católica iniciou a doutrina contrária ao gênero no pontificado do papa João Paulo II visando combater a ameaça de subversão dos arranjos familiares que são vistos como naturais, de origem divina e indispensáveis à reprodução da vida social. É importante ressaltar que o conceito de gênero apareceu nos movimentos feministas e, embora possa ter diferentes interpretações, a premissa é questionar os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, já que estes (re)produzem subalternidades, exclusões e violências.

Conforme Fernanda Marina Feitosa Coelho (2016), a partir da nota intitulada “A

ideologia de gênero: seus perigos e alcances” expedida em 1998 pela Conferência Episcopal do Peru, os estudos de gênero passaram a ser referenciados enquanto “ideologia de gênero” por católicos e alguns setores evangélicos em diferentes países e, também, no Brasil.

Segundo Miguel (2016, p.599), “o senso comum tem a ideia de que a ‘confusão’ de papéis masculinos e femininos é uma ‘desordem’ social grave, que precisa ser combatida sem trégua”. Ainda conforme o autor, “entende-se que as crianças seriam as mais vulneráveis à “ideologia de gênero” que impediria a consolidação da ‘verdadeira identidade masculina e feminina” (MIGUEL, 2016, p.599). Então, em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) e os planos estaduais e municipais de educação foram alvos prioritários.

Lima e Lacerda (2021) evidenciam que

Durante a aprovação PNE 2014/2024 se constitui uma disputa com relação ao uso da expressão gênero, apontada pelos senadores e deputados como “ideologia de gênero”. Foram elaborados documentos, palestras, vídeos no Youtube para instruir a sociedade com relação aos “supostos” perigos de uma educação que problematizasse ou mesmo considerasse as questões de gênero e que atentasse as diferenças no campo das práticas sexuais. Com relação à expressão “ideologia de gênero”, sabemos que ela estava sendo enunciada nos sermões de clérigos católicos e de pastores evangélicos, endossando a intenção de retirarem das escolas e das diretrizes educacionais qualquer diálogo a respeito das relações de gênero e sobre orientação sexual, constituindo-se uma verdadeira ditadura sobre o que se deve ou não ensinar nos espaços educativos (LIMA; LACERDA, 2021, p. 44-45).

Vianna (2012) aponta que, a história da implementação das políticas educacionais de gênero mostra que abordar e discutir a temática, sempre foi desafiador. Entretanto, com o avanço dos movimentos conservadores e do fundamentalismo religioso, em 2014, tais movimentos ganharam força.

Miguel (2016) discorre que o fortalecimento público do discurso abertamente conservador permitiu que ganhasse visibilidade um movimento que acusa a escola de “doutrinação ideológica” e acaba propondo medidas que impeçam professores e professoras de expressarem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias. Assim, a principal organização é o Movimento Escola Sem Partido (MESP) “que se apresenta como uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (MIGUEL, 2016, p.595).

O combate da denominada “ideologia de gênero” também ganha destaque nesse movimento propondo que quaisquer debates e questionamentos sobre papéis atribuídos às mulheres e aos homens sejam proibidos, sob a alegação de que seriam contrários à “família”.

Torres e Saraiva (2021, p.12) apontam que “o ataque a docentes se tornou uma das principais estratégias para se produzir medo e constrangimento no contexto escolar. A retórica antigênero não está apenas a serviço de intimidar professores/as, mas também de desacreditar práticas docentes e os saberes nestas envolvidas”. Sendo assim, além da produção do medo como estratégia para tolher as discussões sobre as questões de gênero, há um descrédito do conhecimento científico que envolve a temática.

Dessa forma, as/os docentes demonstram receio de abordar as discussões relacionadas a gênero, temendo a reação das famílias. Observa-se, portanto, que as discussões sobre gênero e sexualidade – que já enfrentavam dificuldades outrora – passaram a enfrentar entraves mais sistemáticos. Entretanto, é inegável a importância de se abarcar a temática no ambiente escolar. Nesse sentido, é necessário ressaltar que estudos vêm sendo realizados, a fim de construir uma contra narrativa às ofensivas antigênero, a citar Thaís Gava (2019) em “A chegada do discurso ‘ideologia de gênero’ no contexto escolar”, (TAVANO; LEÃO, 2021), bem como fortalecer o compromisso ético-político das escolas no enfrentamento ao sexismo e LGBTQIAP+fobias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que adveio de uma revisão de literatura, torna possível perceber que a discussão das questões de gênero e sexualidade na escola é necessária, visto que sendo um espaço social no qual desigualdades são produzidas, reproduzidas, também é um espaço potente para problematizações, discussões e superações. A temática sempre encontrou entraves no espaço escolar, entretanto, sobretudo a partir de 2014, com o avanço dos movimentos conservadores e antigênero, ficou ainda mais difícil. Tais movimentos, sob a alegação da falaciosa “ideologia de gênero”, visam tolher e silenciar docentes através de ataques e intimidações, dificultando as discussões.

REFERÊNCIAS

- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- COELHO, F.M.F. Ideologia de gênero: origens e consagração no Brasil. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA Associação Brasileira de História das Religiões**, 2., 2016, Florianópolis. Anais [...], Florianópolis :UFSC, 2016. p.172-183
- GAVA, Thaís C M. A chegada do discurso “ideologia de gênero” no contexto educacional brasileiro. In: **39ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2019, Rio de Janeiro.

LIMA, Cristiane Pereira; LACERDA, Leila Teixeira: **Vivências e Práticas Pedagógicas sobre as relações de gênero: anos iniciais do Ensino Fundamental I**. 1 ed. Curitiba: BrasilPublishing, 2021

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pósestruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. Relações de gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psic. da Ed**, São Paulo, v.1, n. 32, p. 25-46, 2011

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p.590-621, 2016.

SANTOS, Jailma dos. CARDOSO, Livia de Rezende. Relações de gênero na educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. In: **VI COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**. São Cristóvão/Se. 2012. p. 1-13.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórico. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 20, p. 71-99, 1995

TAVANO, Vinicius; LEÃO, Andreza Marques de Castro. A ideologia da ideologia de gênero: seus discursos e (des)construções. **Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 311-326, 2.sem, 2020

TAVANO, Vinicius; LEÃO, Andreza. O positivismo e a forja do conservadorismo na abordagem das relações de gênero e sexualidade na escola. **Revista Ensino & Pesquisa**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 60-77, 2 set. 2021. Universidade Estadual do Paraná - Unespar. <http://dx.doi.org/10.33871/23594381.2021.19.2.60-77>.

TORRES, Marco Antonio; SARAIVA, Izabella Marina Martinho. Professores/as de coragem: a escola nas disputas sobre o governo dos corpos. **Unisinos**, v. 25, p. 1-17, 2021.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v.23, n.2, p. 127-143, 2012.